



Esta obra está sob o direito
de Licença Creative
CommonAtribuição 4.0
Internacional.

O PAPEL DA LUDICIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL: LUDICIDADE COMO FERRAMENTA DE APRENDIZAGEM NO CONTEXTO ESCOLAR A FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA A EDUCAÇÃO INCLUSIVA: Desafios e realidade

Ane Karine dos Santos¹

Suellen Naely dos Santos Lima²

Gislene Muniz dos Santos Batista³

Jonas dos Santos Lima⁴

RESUMO

Este trabalho analisou a importância da formação de professores para a educação inclusiva nas escolas. Mesmo com leis que garantem o direito de alunos com deficiência estudarem em escolas comuns, ainda existem desafios para que a inclusão aconteça de verdade. A formação inicial muitas vezes não prepara os professores para lidar com a diversidade, e a formação continuada nem sempre é suficiente ou acessível. Estudos mostraram que cursos de atualização, apoio técnico, materiais adaptados e políticas públicas eficazes são fundamentais para melhorar a prática inclusiva. Os resultados indicam que professores bem preparados conseguem adaptar suas aulas, reconhecer o potencial de cada aluno e criar um ambiente de aprendizagem mais justo e acolhedor. Além disso, a inclusão exige colaboração entre escolas, professores, famílias e políticas públicas, assim como mudanças na cultura escolar para valorizar a diversidade e o respeito às diferenças. Conclui-se que a educação inclusiva não depende apenas da legislação, mas do compromisso coletivo da comunidade escolar em garantir que todos os alunos aprendam e se sintam parte da escola.

Palavras-chave: educação inclusiva. formação de professores. formação continuada. políticas públicas educacionais

¹ Graduando em Pedagogia pela Faculdade Raimundo Marinho – FRM
E-mail: anekarine963@gmail.com

² Graduando em Pedagogia pela Faculdade Raimundo Marinho – FRM
E-mail: suellennaely2002@gmail.com

³ Orientadora e professora da Faculdade Raimundo Marinho – FRM
E-mail: prof.gislene.batista@frm.edu.br

⁴ Jonas dos santos Lima. Prof. Dr. da Faculdade Raimundo Marinho de Penedi-AL. e-mail prof.jonas@frmedu.br

1 INTRODUÇÃO

Nascimento *et al.*, (2025), enfatiza que antigamente, a Educação Especial era feita de forma separada, deixando os alunos com deficiência fora das escolas comuns. Isso acontecia porque se acreditava que esses alunos não conseguiam acompanhar o ensino regular. Hoje, essa ideia está mudando com a proposta da inclusão escolar, que defende que é a escola que deve se adaptar e se transformar para receber todos os alunos, respeitando as diferenças e garantindo que todos possam aprender juntos. Essa mudança é apoiada por leis e estudos que mostram que a escola deve oferecer uma educação que seja justa, com participação e aprendizado de qualidade para todos.

Nesse contexto, a formação de professores se torna um tema muito importante e preocupante, tanto para os pesquisadores da área quanto para quem cria políticas públicas. A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva orienta que os sistemas de ensino devem preparar os professores para atender os alunos com necessidades educacionais especiais, oferecendo a formação necessária para que a inclusão aconteça de forma efetiva nas escolas (Tavares *et al.*, 2016).

Sendo assim, é perceptível a necessidade de estudos acerca dessa realidade escolar, dessa forma, a iniciativa dessa

pesquisa surgiu por conta das situações vivenciadas no dia a dia da escola e das conversas sobre como funciona, na prática, a inclusão na educação. Mesmo com leis importantes, como a Constituição Federal e a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015), que garantem o direito das pessoas com deficiência, ainda é possível perceber que fazer a inclusão de verdade nas escolas não é uma tarefa fácil. Um dos maiores desafios está na preparação dos professores, que muitas vezes não se sentem prontos para lidar com alunos com deficiência (Silva *et al.*, 2025).

Santos *et al.*, (2024), enfatiza que a formação continuada é essencial na educação inclusiva, pois ajuda os professores a lidarem com os desafios de adaptar métodos de ensino, usar tecnologias assistivas e promover um ambiente acolhedor para todos. Muitos docentes ainda se sentem despreparados para atuar com a diversidade em sala de aula, revelando uma distância entre as políticas de inclusão e a prática real.

Diante disso, surge o seguinte questionamento: como a formação de professores impacta a implementação da educação inclusiva nas escolas e quais são os principais desafios enfrentados pelos docentes? Assim, este trabalho tem como objetivo analisar como a formação de professores contribui para a efetivação da educação inclusiva nas escolas, identificando

os principais desafios, as lacunas presentes na formação inicial, as percepções dos professores sobre a adequação das políticas públicas e as estratégias de formação docente voltadas para a inclusão escolar.

2 FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Historicamente, segundo Reis e Coutinho (2024), a educação especial no Brasil seguiu modelos segregacionistas, limitando o acesso de pessoas com deficiência à sociedade e à escola. No século XIX, instituições como o Instituto dos Meninos Cegos (1854) e o Instituto de Surdos-Mudos (1857) marcaram os primeiros esforços educacionais. A partir da segunda metade do século XX, movimentos internacionais e documentos como a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) e a Declaração de Salamanca (1994) impulsionaram a inclusão. Isso influenciou o Brasil, levando à Constituição Federal de 1988 e à LDB nº 9.394/96, que priorizaram a inclusão de estudantes com deficiência na rede regular de ensino.

Conforme relato de Sartoretto (2011), o principal fundamento filosófico da inclusão escolar de pessoas com deficiência é a igualdade de direitos. Todos nascem com o direito de conviver com os outros, independentemente das diferenças ou limitações. O ser humano deve viver em

sociedade sem discriminação ou segregação, e quanto maiores forem suas diferenças, mais forte se torna a necessidade de garantir esse direito.

Segundo Pappámikail, Beirante e Cardoso (2022), educação inclusiva tem como base três princípios: equidade, respeito à diversidade e acessibilidade.

- Equidade: significa tratar cada pessoa de acordo com suas necessidades, oferecendo apoio e recursos diferentes para que todos tenham as mesmas chances de aprender.
- Respeito à diversidade: quer dizer valorizar as diferenças entre os alunos, entendendo que cada um aprende e participa de maneira própria, e que essas diferenças enriquecem a escola.
- Acessibilidade: é garantir que não existam barreiras que dificultem a participação dos estudantes, sejam elas físicas, na comunicação ou até nas atitudes das pessoas.

De acordo com Mendes (2020), há leis, decretos, resoluções e políticas públicas que moldaram a inclusão de pessoas com deficiência no sistema educacional brasileiro. Ao longo dos anos, o entendimento de “Educação Especial” foi se transformando, desde modelos segregados até diretrizes que apontam para a inclusão plena na rede regular de ensino. A seguir está os os principais momentos destacados por Mendes:

- 1961 – Primeira LDB: prevê atendimento aos “excepcionais”, podendo ser no sistema regular ou em escolas especiais.
- 1971 – Nova LDB: mantém a ideia de atendimento especial, mas ainda com foco em classes separadas.
- 1988 – Constituição Federal: garante direito à educação para pessoas com deficiência, preferencialmente na rede regular.
- 1989 – Lei nº 7.853: obriga matrícula em cursos regulares para quem puder acompanhar.
- 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA): reforça o direito à educação inclusiva.
- 1994 – Política Nacional de Educação Especial: introduz “integração instrucional”, mas ainda seletiva.
- 1996 – Nova LDB: reconhece a educação especial como parte da educação básica, com apoios na escola regular.
- 2002 – Lei de Libras: reconhece oficialmente a Língua Brasileira de Sinais.
- 2008 – Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva: marco da inclusão, orienta o ensino regular com apoio especializado.
- 2008 – Decreto 6.571: cria o Atendimento Educacional Especializado (AEE).
- 2011 – Decreto 7.611: proíbe exclusão de estudantes com deficiência por incapacidade.
- 2014 – Plano Nacional de Educação (PNE): prevê universalização do acesso inclusivo.

- 2015 – Lei Brasileira de Inclusão: garante sistema educacional inclusivo em todos os níveis, sem taxas extras.
- 2020 – Decreto 10.502: institui nova política, criticada por abrir espaço à segregação.

Conforme pesquisas de Bueno, Bueno e Portilho (2023), afirmam que, de acordo com o IBGE (2022), o Brasil possui 17,2 milhões de pessoas com deficiência, cerca de 8,4% da população. Apesar dos avanços e das leis que garantem direitos à inclusão, a Educação Inclusiva ainda é um desafio. A questão vai além de apenas integrar estudantes com deficiência em salas regulares; envolve criar condições para que todos tenham atendimento igualitário e se sintam realmente incluídos no ambiente escolar e social.

3 FORMAÇÃO INICIAL DOS PROFESSORES

Para Gatti (2014), a formação inicial dos professores é o momento em que eles aprendem os fundamentos teóricos e metodológicos para ensinar. Nessa fase, eles estudam conteúdos como pedagogia, didática e desenvolvimento humano, para conhecer como ocorre a aprendizagem. É nessa etapa que o futuro professor começa a entender o que significa ensinar e aprender com responsabilidade social e ética, sendo assim um processo de grande importância na formação de professores, pois é nesse

momento que terão o primeiro contato no âmbito “ensinar”.

Nesse sentido, o autor ainda afirma que é essencial que nessa formação haja forte presença da prática em sala de aula, por meio de estágios bem orientados. Estudos mostram que muitos cursos têm currículos fragmentados e estágios sem planejamento ou acompanhamento adequado. Quando o curso liga teoria e prática de forma integrada, o professor já entra mais seguro no cotidiano escolar, oferecendo assim uma evolução em sua forma de ensinar, beneficiando tanto sua formação como os alunos (Gatti, 2014).

Outro desafio da formação inicial é garantir que os docentes dominem diferentes saberes: conhecer bem o conteúdo (por exemplo, português, matemática), saber como ensinar e entender como os alunos pensam. O material “Formação inicial de professores Brasil” disponibilizado no portal “Todos pela Educação” aponta que os currículos devem articular três eixos fundamentais: alunos, conteúdo e metodologia. Sem esse equilíbrio, o professor pode ficar fraco em alguma dessas dimensões (Todos pela educação, 2019).

Segundo Souza e Mariano (2024), a legislação e as políticas públicas exercem papel importante na formação inicial. Por exemplo, a Resolução 02/2019 foi criticada porque introduz uma visão tecnicista, voltada à pedagogia de competências, sem dar atenção ao acúmulo de conhecimentos acadêmicos

anteriores. Ou seja, as regras que definem os cursos de formação inicial podem fortalecer ou enfraquecer a preparação dos professores, dependendo de seus fundamentos.

Finalmente, é urgente repensar a formação inicial como um processo contínuo e ligado ao contexto social e político. De acordo com Azevedo *et al.* (2012), as trajetórias históricas afirmam que, embora tenham ocorrido mudanças nos últimos anos, o modelo de formação ainda não se transformou profundamente. Para melhorar, é necessário que os cursos sejam mais reflexivos, críticos e conectados com as realidades das escolas. Assim, formará profissionais de forma completa para contribuir com a educação no mundo.

4 A IMPORTÂNCIA DA FORMAÇÃO CONTINUADA NA PRÁTICA INCLUSIVA

De acordo com Lima (2024), durante muito tempo, crianças e jovens com deficiência não podiam estudar nas escolas, porque só eram aceitos aqueles que se encaixavam em certos padrões, como aparência, jeito de aprender e onde viviam. Só depois da metade do século 20 isso começou a mudar, e eles passaram a ter mais acesso à escola. Mesmo assim, as escolas não estavam preparadas e queriam que esses alunos se adaptassem, sem mudar nada para ajudar. Com o tempo, famílias e movimentos começaram a

lutar por uma escola que aceite todos, com ou sem deficiência. Mas, para isso dar certo, os professores precisam aprender mais, fazer cursos e estarem preparados para ensinar de um jeito que ajude todo mundo.

A inclusão dos alunos com necessidades especiais só acontece de verdade quando o profissional de apoio está bem preparado. Ele precisa entender como funciona a inclusão, conhecer as necessidades de cada aluno e saber o momento certo de ajudar. Muitas vezes, isso não acontece porque esse profissional não tem a formação certa para o trabalho. A formação continuada ajuda muito, pois faz com que ele compreenda melhor seu papel na escola, colabore na adaptação das atividades, participe das decisões junto com os professores e trabalhe em parceria com o professor da turma (Silva *et al.*, 2025).

Segundo Glat e Pletsch (2010), a formação adequada é essencial para que pessoas com deficiência, especialmente com deficiência intelectual e transtornos do desenvolvimento, consigam desenvolver habilidades que contribuam para uma vida mais autônoma e para sua inserção no mercado de trabalho. Tanto as escolas quanto os profissionais precisam estar preparados para ensinar e apoiar esses alunos no desenvolvimento de competências sociais e práticas. Além disso, é fundamental que empresas, setores de recursos humanos e órgãos públicos também recebam formação e

orientação, para que possam criar estratégias, oferecer treinamentos e realizar as adaptações necessárias.

No entanto, como diz Mantoan (2003), não adianta só fazer cursos e receber certificados. Muitos professores acreditam que vão receber um manual pronto, com regras fáceis para lidar com alunos com deficiência, mas não é assim que funciona. A inclusão não é algo que se resolve só com teoria, ela exige que o professor mude seu jeito de pensar e de agir, entendendo que cada aluno é diferente e aprende de um jeito. Por isso, além dos cursos, é muito importante que o professor também tenha sensibilidade, paciência e empatia para acolher e ajudar seus alunos da melhor forma possível.

A pesquisa publicada pela Agência Brasil (2023) revelou que, embora quase metade das redes ofereçam formação a cada dois meses, faltam materiais pedagógicos (47,7%) e adesão dos professores (55,1%). Esses dados indicam que, sem o apoio e os recursos certos, a formação continuada perde força e não atinge seu objetivo de melhorar o acolhimento e a aprendizagem dos alunos com deficiência. Assim, A formação continuada é ainda mais urgente porque menos da metade dos professores participou de cursos de aperfeiçoamento em 2023, e quase 94 % deles não o fizeram especificamente para educação especial. Isso mostra que muitos profissionais não têm acesso a atualizações relevantes para

ensinar de forma inclusiva (Agência Brasil, 2023).

Ademais, um estudo de Passos *et al.*, (2024), publicado no Caderno Pedagógico mostrou que professores reconhecem a necessidade da formação contínua para inclusão, mas ainda enfrentam falta de apoio da gestão e recursos. O artigo aponta que os docentes concordam que é preciso investir em programas específicos e garantir acesso igualitário. Matos e Borges (2024), também destacam que as políticas de formação continuada devem incluir temas como adaptação curricular, estratégias diferenciadas e tecnologia assistiva, e precisam estar alinhadas com metas como as do Plano Nacional de Educação.

5 DESAFIOS NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA A EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Conforme estudos de Glat e Pletsch (2010), um dos principais desafios para a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais no ensino regular, é a dificuldade na formação dos professores. A maioria dos cursos de licenciatura e pedagogia não oferece disciplinas específicas com as demandas da educação inclusiva. Isso gera um grande despreparo para atender alunos com deficiências dentro das salas de aula comuns. Além disso, essa falta de capacitação também

é agravada pela escassez de cursos de formação continuada na região, pela dificuldade de acesso a centros de formação e pela limitação de recursos, o que impacta diretamente na qualidade do ensino e no desenvolvimento dos alunos.

Outras dificuldades para colocar a educação inclusiva em prática nas escolas estão ligadas, principalmente, a currículos que não consideram a diversidade dos alunos. Muitas vezes, o ensino segue um modelo tradicional, com poucas adaptações, sem oferecer metodologias e materiais que atendam a todos. Além disso, a falta de acessibilidade nos espaços físicos e a ausência de recursos pedagógicos, como tecnologias e materiais adaptados, também dificultam esse processo. A gestão escolar tem um papel muito importante, pois precisa organizar a escola, capacitar os professores, adaptar os currículos e buscar recursos que garantam uma educação de qualidade e inclusiva para todos (Silva *et al.*, 2025).

Estudos de Silva *et al.*, (2025) ainda aconselham algumas maneiras de solucionar esses desafios, para que a inclusão nas escolas aconteça de verdade. É muito importante que os professores recebam formação constante, isso significa que eles precisam participar de cursos, oficinas e ter acesso a novas estratégias e materiais que ajudem no trabalho com alunos que têm deficiência. Além disso, quando as faculdades e as escolas trabalham juntas, essa

formação fica ainda melhor, sendo essencial também que existam políticas públicas que garantam essa formação de forma continuada. Assim, os professores estarão mais preparados para ensinar de forma inclusiva.

6 PAPEL DAS POLÍTICAS PÚBLICAS ACERCA DA FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Ribeiro (2020) afirma que Política pública é um nome dado para um tipo especial de ação do governo. Nos últimos anos, as pessoas têm discutido e pensado mais sobre as políticas públicas, porque a democracia tem avançado em vários países. Isso mostra que a população está mais interessada em participar das decisões do governo. Essas ações ajudam a garantir que o governo funcione bem e que o país fique estável. Quando falamos de governabilidade, queremos dizer todas as condições que fazem um país ser estável e organizado. Essas condições dependem das atitudes e ações dos governos, seja no nível nacional, estadual ou municipal, e é isso que chamamos de políticas públicas.

De acordo com Santos *et al.*, (2025), as políticas públicas de inclusão escolar no Brasil buscam melhorar o aprendizado e garantir que alunos com deficiência tenham acesso à escola. Mas, ainda existem dificuldades, como falta de estrutura adequada nas escolas e resistência de alguns professores. Isso atrapalha a adaptação das escolas e o desempenho desses alunos.

Porém, quando a inclusão é feita de forma correta, ela ajuda muito no aprendizado e na convivência entre alunos com e sem deficiência. Para isso, é preciso investir mais em infraestrutura e na formação dos professores, para que as políticas de inclusão funcionem de verdade e todos possam aprender melhor.

A formação continuada dos professores é um ponto fundamental garantido pela legislação brasileira, que determina que a União, o Distrito Federal, os Estados e os Municípios devem colaborar para promover essa capacitação. Essa obrigação está prevista na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), que afirma:

§ 1º- A União, o Distrito Federal, os Estados e os Municípios, em regime de colaboração, deverão promover a formação inicial, a continuada e a capacitação dos profissionais de magistério (Brasil, 2017, p. 43).

Assim, as políticas educacionais têm buscado oferecer formação inicial e continuada aos professores da Educação Básica, visando superar falhas anteriores e preparar melhor os profissionais para atender às necessidades de todos os alunos. Essas ações são planejadas com base na participação da sociedade e no interesse coletivo, para melhorar a qualidade da educação no país (Araújo, 2021).

No entanto, segundo Pletsch (2009), no Brasil, mesmo com leis que exigem a preparação de professores para a inclusão, como também o Decreto nº 3298/1999, a Portaria nº 1793/1994 e a LDB (Lei de Diretrizes e Bases, artigo 59), a formação ainda é falha. Poucos cursos de Pedagogia oferecem disciplinas específicas sobre educação inclusiva. Isso prejudica a prática na sala de aula, que muitas vezes mantém práticas de exclusão. As leis determinam que haja professores do ensino regular capacitados e também especialistas que deem suporte às necessidades dos alunos com deficiência. Porém, na prática, a formação oferecida é limitada e não prepara os professores adequadamente para lidar com a diversidade presente nas escolas.

Embora persistam as dificuldades, vários programas foram criados no Brasil para ajudar professores e gestores escolares a se formarem e melhorarem sua prática, como o Proformação, que ofereceu cursos para professores sem diploma nas regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste, e o PEC-Formação, que atuou em São Paulo em parceria com universidades. Em Minas Gerais, o Projeto Veredas oferece formação a distância para professores dos primeiros anos do ensino fundamental. Para gestores, existem programas como o Progestão e o Circuito Gestão, que atendem diretores e coordenadores em todo o país (Gatti, 2008).

Há também outros avanços importantes, como a implementação da BNC-Formação, na qual é estabelecido conforme a Resolução nº 2, de 20 de dezembro de 2019 que os cursos fornecidos à Formação Inicial de Professores para a Educação Básica devem ter como fundamentos pedagógicos:

“Art 8º - VII - compromisso com a educação integral dos professores em formação, visando à constituição de conhecimentos, de competências, de habilidades, de valores e de formas de conduta que respeitem e valorizem a diversidade, os direitos humanos, a democracia e a pluralidade de ideias e de concepções pedagógicas.” (Brasil, 2019).

Mas ainda é preciso que as políticas públicas ofereçam mais apoio, recursos e acompanhamento para os professores. Para que a inclusão aconteça de verdade, é necessário juntar a teoria, a prática, o apoio da escola e o compromisso de todos que fazem parte da comunidade escolar (Matos e Borges, 2024).

7 METODOLOGIA

Este trabalho é de caráter qualitativo, com foco descritivo e exploratório. Isso significa que a pesquisa procura compreender melhor o tema da inclusão escolar a partir da análise de informações já existentes,

descrevendo seus principais aspectos e refletindo sobre eles. O objetivo é entender como a formação de professores pode contribuir para que a educação inclusiva aconteça de forma efetiva nas escolas, destacando os desafios enfrentados no dia a dia.

O estudo foi realizado por meio de uma pesquisa bibliográfica, ou seja, baseada na leitura e análise de materiais já publicados, como livros, artigos científicos, trabalhos acadêmicos e documentos oficiais. Essa escolha foi feita porque já existe um grande número de estudos que discutem a inclusão escolar e a formação de professores, o que permite uma análise ampla e fundamentada sobre o tema.

Para a coleta de informações, foram pesquisados materiais em bases acadêmicas e digitais, utilizando palavras-chave como “educação inclusiva”, “formação de professores”, “formação continuada” e “políticas públicas educacionais”. Foram priorizados textos recentes, publicados principalmente nos últimos quinze anos, mas também foram considerados alguns estudos mais antigos que ainda são referência no assunto.

Os critérios de seleção dos materiais foram: estar relacionado diretamente com a formação de professores no contexto da inclusão escolar, trazer informações aplicáveis à realidade brasileira e apresentar discussões

relevantes sobre políticas públicas e práticas educativas. Foram deixados de lado materiais que não tratavam especificamente do tema ou que abordavam a inclusão escolar de forma superficial.

Após o levantamento das informações, os dados foram organizados e analisados por meio de categorias de estudo. As principais categorias foram: (1) formação inicial de professores e suas limitações; (2) formação continuada e práticas inclusivas; (3) desafios enfrentados na realidade escolar; (4) papel das políticas públicas no processo de inclusão.

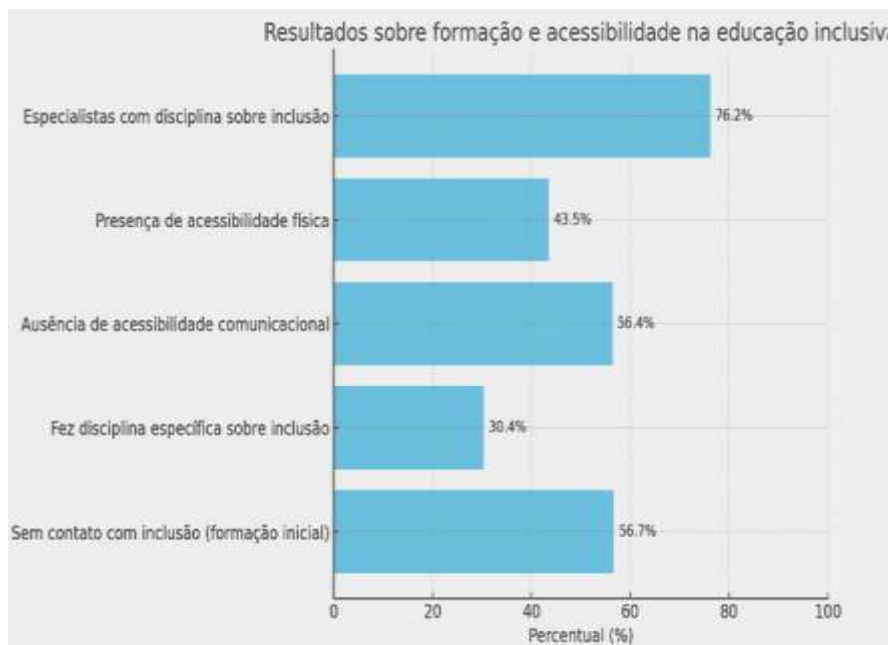
Assim, a metodologia escolhida permite construir uma reflexão crítica e bem estruturada sobre o papel da formação de professores na educação inclusiva, sem a necessidade de realizar pesquisa de campo, mas com base em materiais já existentes.

8 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE RESULTADOS

O estudo de Garcia, Bierhalz e Stoll (2025), mostrou que mais da metade dos professores de Dom Pedrito/RS não tiveram, durante a faculdade, disciplinas ou conteúdos suficientes sobre inclusão escolar. Mais da metade nunca estudou o tema na formação inicial e menos de um terço fez alguma disciplina específica. A maioria só teve contato com a educação inclusiva depois, em cursos de especialização ou capacitações oferecidas

pelas escolas. Observe o gráfico a seguir com os dados informados (gráfico 1):

Gráfico 1: Respostas de professores de Dom Pedrito/RS acerca da inclusão social



Fonte: Autoria, 2025.

Mesmo assim, muitos ainda sentem que não estão preparados para trabalhar com alunos com deficiência, autismo ou altas habilidades. Além disso, vários relatam dificuldade em colocar na prática o que aprendem, por falta de apoio e de formações mais completas. A pesquisa em Dom Pedrito/RS também revelou que, nas universidades, o tema inclusão geralmente aparece só no que a lei exige, sem aprofundamento.

Em outra pesquisa realizada em Fortaleza por Monteiro, entre 2019 e 2021, com 10 professores, 5 pais e 5 gestores, constatou-se que a formação inicial desses docentes não oferece preparo suficiente para

lidar com as demandas da inclusão, tornando a formação continuada essencial. Muitos só tiveram contato com o tema após ingressarem no magistério, por meio de cursos de especialização ou capacitações oferecidas pela escola. No entanto, essas oportunidades ainda são limitadas, muitas vezes curtas ou superficiais, o que leva parte dos docentes a buscar formações por iniciativa própria. Entre os desafios citados estão a falta de apoio institucional, a escassez de recursos pedagógicos e infraestrutura adaptada, além da dificuldade de aplicar, na prática, o que é aprendido devido à ausência de acompanhamento e suporte técnico.

A pesquisa de Monteiro (2019-2021) também mostra que, para que a inclusão escolar aconteça de verdade, universidades, escolas e redes de ensino precisam trabalhar juntas, oferecendo mais cursos de formação continuada que realmente atendam às necessidades dos professores e ajudem a ligar teoria e prática. Também é fundamental investir em recursos, acessibilidade e políticas públicas que apoiem o trabalho dos docentes e assegurem que todos os alunos aprendam.

Fonseca e Portela (2025) desenvolveram um estudo na Escola Municipal Jardim Ipitanga, localizada no município de Lauro de Freitas/BA, onde 6 professores que atuavam em turmas do 1º ao 3º ano do Ensino Fundamental relataram que conseguem ver o potencial dos alunos com deficiência intelectual, mas ainda têm dificuldade de adaptar suas aulas para atender o jeito de cada aluno aprender. Isso mostra que a formação continuada ajuda os professores a se prepararem melhor para trabalhar com inclusão. Além disso, é preciso que essa formação faça parte das políticas públicas, para que a inclusão não dependa só da boa vontade dos professores, mas seja parte do dia a dia da escola.

De acordo com o levantamento de dados realizado por Reis e Coutinho (2025), foram identificados os principais desafios e soluções para colocar a educação inclusiva em prática no Brasil, divididos em quatro áreas: formação de professores, recursos

pedagógicos, políticas públicas e cultura escolar.

- **Formação de Professores:** Muitos professores têm dificuldades porque não aprendem sobre inclusão na formação inicial e têm pouco acesso a cursos de atualização. Para melhorar, é sugerido oferecer mais cursos de capacitação e incluir práticas inclusivas na graduação de licenciatura.
- **Recursos Pedagógicos:** Faltam materiais adaptados, tecnologias que auxiliem os alunos e apoio técnico nas escolas. Para resolver isso, é indicado investir em tecnologias assistivas e criar centros de apoio pedagógico em regiões estratégicas.
- **Políticas Públicas:** A mudança constante nas regras da educação e a falta de coordenação entre diferentes setores dificultam a inclusão. Recomenda-se criar políticas públicas estáveis e incentivar a colaboração entre os setores.
- **Cultura Escolar:** A resistência à inclusão e o desconhecimento sobre os direitos dos alunos com deficiência criam barreiras culturais. As soluções incluem programas de sensibilização para a comunidade escolar e incentivo à colaboração entre professores.

De modo geral, o estudo mostra que a educação inclusiva depende de professores bem preparados, recursos adequados, políticas

públicas consistentes e mudanças na cultura escolar, apontando caminhos concretos para superar os desafios.

9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da análise realizada, percebe-se que a formação de professores é um ponto central para a efetivação da educação inclusiva nas escolas. Embora existam leis e políticas públicas que garantam o direito de alunos com deficiência estudarem em escolas comuns, ainda há muitos desafios na prática. A formação inicial dos docentes nem sempre oferece o preparo necessário, e a formação continuada ainda é limitada, dificultando a adaptação das aulas e o uso de estratégias inclusivas.

Os estudos analisados mostraram que professores que recebem cursos, capacitações e apoio técnico conseguem planejar melhor suas atividades, adaptar o ensino às necessidades de cada aluno e promover um ambiente escolar mais acolhedor e participativo. Além disso, a inclusão exige recursos pedagógicos adequados, infraestrutura acessível e políticas públicas consistentes, bem como mudanças na cultura escolar para valorizar a diversidade e o respeito às diferenças.

Conclui-se que a educação inclusiva só se torna efetiva quando há união entre teoria, prática, formação docente e apoio da comunidade escolar. Para que todos os alunos aprendam e se sintam parte da escola, é

essencial investir na preparação contínua dos professores, na implementação de recursos adequados e na conscientização de toda a sociedade escolar sobre a importância da inclusão.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA BRASIL. Formação de professores é desafio no ensino fundamental, diz pesquisa. Anais de evento, 2023. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2023-08/formacao-de-professores-e-desafio-no-ensino-fundamental-diz-pesquisa?>. Acesso em: 26 jun. 2025.

ARAÚJO, Luiz Carlos Marinho de. Políticas públicas de formação docente: implicações no processo de ensino e aprendizagem na educação básica. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano 06, Ed. 04, Vol. 01, pp. 28-49. Abril de 2021. ISSN: 2448-0959, Disponível em: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/educacao/formacao-docente>, DOI: 10.32749/nucleodoconhecimento.com.br/educacao/formacao-docente. Acesso em: 26 jun. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Resolução nº 2, de 20 de dezembro de 2019. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial de professores para a educação básica e para a formação continuada. *Diário Oficial da União*,

Brasília, DF, 30 dez. 2019. Seção 1, p. 81. Disponível em: <https://abmes.org.br/arquivos/legislacoes/República-Resolucao-cne-cp-002-2019-12-20.pdf>. Acesso em: 17 jun. 2025.

BUENO, Josiane Jocoski; BUENO, Sávio; PORTILHO, Evelise Maria Labatut. Aspectos históricos da educação inclusiva no Brasil. *RIAEE–Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*, Araraquara, v. 18, n. 00, e023038, 2023.e-ISSN: 1982-5587DOI: <https://doi.org/10.21723/riaee.v18i00.178223>. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/17822/16041>. Acesso em: 17 set. 2025.

FONSECA, Vanilda Santos; PORTELA, Cláudia Paranhos de Jesus. A percepção de professores de uma escola da rede pública de ensino de Lauro de Freitas-BA sobre a aprendizagem do estudante com deficiência intelectual. *Revista Educação Especial Santa Maria*, v. 38, 2025. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/85638/66010>. Acesso em: 15 ago. 2025.

GARCIA, Sandra Denise dos Santos; BIERHALZ, Crisna Daniela Krause; STOLL, Vitor Garcia. Inclusão escolar: estudo de caso sobre a formação dos professores da educação básica de Dom Pedrito/RS. *Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e*

Sociedade, V. 11, ed. especial, mar., 2025. Disponível em: <https://periodicos.claec.org/index.php/relacult/article/download/2535/1684/11876>. Acesso em: 15 ago. 2025.

GATTI, Bernadete, A. Análise das políticas públicas para formação continuada no Brasil, na última década. *Revista Brasileira de Educação* v. 13 n. 37 jan./abr. 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/vBFnySRRBJFSNFQ7gthybkH/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 26 jun. 2025.

GLAT R. e PLETSCHE, M. D. O papel da Universidade no contexto da política de Educação Inclusiva: reflexões sobre a formação de recursos humanos e a produção de conhecimento. *Rev. Educ. Espec.*, Santa Maria, v. 23, n. 38, p. 345-356, set./dez. 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/2095/1444>. Acesso em: 29 mai. 2025.

LIMA, A. L. Educação inclusiva e a formação continuada de professores: aprendizados nacionais e internacionais. *Instituto Alana*, 2024. Disponível em: https://alana.org.br/wp-content/uploads/2024/09/Formacao_Ed_Inclusiva_RelatorioAcessivel.pdf?utm_source. Acesso em: 29 mai. 2025.

MANTOAN, M. T. E. Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?. Unicamp, 1ª edição. 2003. Disponível em: <https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/211/o/INCLUS%C3%83O-ESCOLARMaria-Teresa-Egl%C3%A9r-Mantoan-Inclus%C3%A3o-Escolar.pdf>. Acesso em: 29 mai. 2025.

MATOS, A. A. M. e BORGES, S. da S. S. Políticas de formação continuada docente para a educação inclusiva. *Revista JRG de Estudos Acadêmicos*, ano 7, vol. VII, n.16, jul.-dez., 2024. Disponível em: <https://revistajrg.com/index.php/jrg/article/view/1314/1102>. Acesso em: 29 mai. 2025.

MENDES, Rodrigo. Educação inclusiva: conheça o histórico da legislação sobre inclusão. Todos pela educação, 2020. Disponível em: <https://todospelaeducacao.org.br/noticias/conheca-o-historico-da-legislacao-sobre-educacao-inclusiva/>. Acesso em: 17 set. 2025.

MONTEIRO, Maria Neuvany do Nascimento. A formação continuada do professor na perspectiva de inclusão de aluno com deficiência na escola pública de Fortaleza: um estudo de caso. *Revista de educação, saúde e ciências políticas*, 2021. Disponível em: <https://www.duxeducare.com.br/wp-content/uploads/2024/02/A-FORMACAO-CONTINUADA-DO-PROFESSOR-NA-PERSPECTIVA-DE-INCLUSAO-DE-ALUNO-COM-DEFICIENCIA-NA->

[ESCOLA-PUBLICA-DE-FORTALEZA-UM-ESTUDO-DE-CASO.pdf](#). Acesso em: 15 ago. 2025.

NASCIMENTO, C. O. *et al.* Gestão escolar no contexto das modalidades de ensino: educação especial na perspectiva de inclusão. *Entre Linhas e Saberes: volume 1*. 2025. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/984148/2/Entre%20Linhas%20e%20Saberes%20-%20Volume%201.pdf>. Acesso em: 02 jun. 2025.

PASSOS, Christian Ricardo Silva. *et al.* Formação continuada de professores no contexto da inclusão de alunos com deficiência: contribuições e desafios. *Caderno Pedagógico*, v. 21, n. 4, ed. 3727, 2024. <https://doi.org/10.54033/cadpedv21n4-082>. Disponível em: <https://ojs.studiespublicacoes.com.br/ojs/index.php/cadped/article/view/3727?>. Acesso em: 25 jun. 2025.

PAPPÁMIKAIL, Lia; BEIRANTE, David; CARDOSO, Inês. Conjunto de Materiais: Educação Inclusiva. Diversidade, equidade e inclusão, 2022. Disponível em: https://www.dge.mec.pt/sites/default/files/EInclusiva/diversidade_equidade_e_inclusao_2022.pdf. Acesso em: 17 set. 2025.

PLETSCH, M. D. A formação de professores para a educação inclusiva: legislação,

diretrizes políticas e resultados de pesquisas. *Educar*, Curitiba, n. 33, p. 143-156, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/VNnyNh5dLGQBRR76Hc9dHqQ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 29 mai. 2025.

REIS, Marcos Ribeiro; COUTINHO, Diógenes José Gusmão. Formação de professores para a educação inclusiva: desafios e perspectivas. *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação*. São Paulo, v. 11, n. 1, jan. 2025. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/download/17980/10327>. Acesso em: 15 ago. 2025.

REIS, Marcos Ribeiro; COUTINHO, Diógenes José Gusmão. Histórico da educação especial e inclusiva no Brasil. *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação*. São Paulo, v. 10, n. 12, dez. 2024. ISSN: 2675-3375. DOI.org/10.51891/rease.v10i12.17490. Disponível em: https://www.bing.com/search?q=Aspectos+hist%C3%B3ricos+da+educa%C3%A7%C3%A3o+inclusiva+no+Brasil&cvid=047e671b20fe4df89ace80564866b3c1&gs_lcrp=EgRlZGd1KgYIABBFdGkyBggAEEUYOTIHCAEQ6wcYQNIBCDE5NTBqMGo0qAIAAsAIB&FORM=ANAB01&PC=U531. Acesso em: 17 set. 2025.

RIBEIRO, Ruana Soares. Políticas públicas educacionais: o papel da formação continuada

no desenvolvimento da Educação Básica. Educação Pública, CAPES, 2020. DOI: 10-18264/REP. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/20/23/politicas-publicas-educacionais-o-papel-da-formacao-continuada-no-desenvolvimento-da-educacao-basica>. Acesso em: 26 jun. 2025.

SANTOS, Silvana Maria Aparecida Viana. *et al.* A importância da formação continuada do professor educador no contexto educacional inclusivo. *Revistaft*, Volume 28 – Edição 135/JUN 2024. Disponível em: <https://revistaft.com.br/a-importancia-da-formacao-continuada-do-professor-educador-no-contexto-educacional-inclusivo/>. Acesso em: 17 jun. 2025.

SANTOS, A. R. C. dos; BARBOSA, A. C. de A.; SANTOS, D. F. dos; NUNES, E. Z.; MONTEIRO, F. da S.; ALMEIDA, F. I. C. de; LINS, G. H. B.; SILVA, J. de A.; ARANTES, J. A. de; SILVA, N. J. S. da. Políticas públicas de inclusão escolar no Brasil: uma análise crítica. *Cuadernos de Educación y Desarrollo*, [S. l.], v. 17, n. 2, p. e7487, 2025. Disponível em: <https://ojs.cuadernoseducacion.com/ojs/index.php/ced/article/view/7487/5243>. Acesso em: 29 mai. 2025.

SARTORETTO, Mara Lúcia. Os fundamentos da educação inclusiva. Assistiva, 2011. Disponível em:

https://assistiva.com.br/Educação_Inclusiva.pdf. Acesso em: 17 set. 2025.

SILVA, J. A. G.; ROCHA, A. P. da; SANTOS, A. R. C. dos; BARBOSA, A. C. de A.; SANTOS, E. de N. B.; SÁ, E. S. dos S. C. G. de; MONTEIRO, F. da S.; LINS, G. H. B.; AZARA, M. P. de; AZEVEDO, P. V. de A. L. de. Desafios na formação de professores para a educação inclusiva. *Cuadernos de Educación y Desarrollo*, [S. l.], v. 17, n. 2, p. e7606, 2025. Disponível em: <https://ojs.cuadernoseducacion.com/ojs/index.php/ced/article/view/7606/5311>. Acesso em: 29 mai. 2025.

SILVA, Maria Lucicleide candido da. *et al.* A importância da formação continuada para o profissional de apoio na educação infantil. *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação*. São Paulo, v. 11, n. 5, maio. 2025. ISSN: 2675-3375. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/download/19079/11236/49678>. Acesso em: 17 jun. 2025.

TAVARES, L. M. F. L. *et al.* A Educação Inclusiva: um Estudo sobre A Formação Docente. *Rev. Bras. Ed. Esp., Marília*, v. 22, n. 4, p. 527-542, Out.-Dez., 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbee/a/NPXMqY7W5L7jRr6DwDCLZBw/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 02 jun. 2025.

GATTI, B. A. Formação inicial de professores para a educação básica: pesquisas e políticas educacionais. *Estudos em Avaliação Educacional*, São Paulo, v. 25, n. 57, p. 24–54, 2014. DOI: 10.18222/eae255720142823. Disponível em: <https://publicacoes.fcc.org.br/eae/article/view/2823>. Acesso em: 25 set. 2025.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. Formação Inicial de professores no Brasil. Todos pela educação, 2019. Disponível em: https://todospelaeducacao.org.br/_uploads/_posts/317.pdf. Acesso em: 25 set. 2025.

SOUZA, Ana Cristina Gonçalves de Abreu; MARIANO, André Luiz Sena. Formação Inicial de Professores e a Resolução 02/2019. *Revista e-Curriculum*, v. 22, 2024. DOI: <https://doi.org/10.23925/1809-3876.2024v22e65882>. Acesso em: 25 set. 2025.

AZEVEDO, Rosa Oliveira Marins; GHEDIN, Evandro Luiz; FORSBERG, Maria Clara Silva; GONZAGA, Amarildo Menezes. Formação inicial de professores da educação básica no Brasil: trajetória e perspectivas. *Revista Diálogo Educacional* 12(333):997, 2012. DOI:10.7213/dialogo.educ.7214. Acesso em: 25 set. 2025.